



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

MADRI, ESPANHA, 26 DE OUTUBRO DE 2001

Quero, antes de mais nada, agradecer o convite da Fundação Gorbachov e da Fride para participar desta conferência.

Venho imbuído da gravidade do momento. Como homem de Estado, sociólogo e cidadão, não quis deixar de comparecer a este importante foro sobre a democracia e o fortalecimento da cooperação no mundo contemporâneo.

É muito apropriado que nos reunamos na Espanha. Todos que se dedicaram, como eu, a estudar a experiência de transição democrática concretizada nos famosos Pactos de La Moncloa sabem que aquele processo fez da grande nação espanhola, sob o patrocínio do Rei Juan Carlos, um dos pilares da liberdade no plano internacional.

Falo da gravidade do momento em função do novo cenário que se desenha a partir dos ataques hediondos de 11 de setembro. No topo da agenda, passam a estar os desafios que o problema do terrorismo coloca para nossas democracias.

Se a atitude democrática é a da persuasão entre cidadãos livres e iguais, é próprio do terrorismo tentar impor um ponto de vista, uma opinião ou um interesse pela violência indiscriminada contra

civis inocentes, contra homens, mulheres e crianças que passam a ver-se ameaçados no seu dia-a-dia.

Os eventos recentes mostram que, levada a extremos, essa lógica do medo pode difundir-se por todos os aspectos da vida, sem excluir os mais corriqueiros: uma viagem de avião, o recebimento de correspondência pelo correio ou o mero ato de dirigir-se ao trabalho.

Já houve quem pretendesse fundar a vida política no medo. É a monstruosidade do Leviatã hobbesiano, cuja autoridade estaria baseada no fato de que os cidadãos se veriam diante de uma escolha trágica: entre a obediência a um soberano absoluto ou a morte violenta na anarquia do “estado de natureza”.

Rousseau, como tantos outros depois dele, mostrou a falsidade dessa visão da política. Mostrou que a obediência que se funda no medo é determinada, em última análise, por um cálculo de prudência. Obedeço porque tenho medo das conseqüências de não obedecer. O que falta a essa obediência comandada pelo medo é precisamente a dimensão ética da legitimidade, que é essencial na democracia.

O poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade, escrevendo na atmosfera carregada do período da Segunda Guerra Mundial, denunciou a “harmonia do medo”, que fazia o amor refugiar-se “mais abaixo dos subterrâneos”.

Miguel de Unamuno, quando enfrentou em Salamanca o irracionalismo do “Viva la muerte!”, apontou precisamente essa diferença entre a autoridade que se impõe pela força e a que se impõe pela razão e pelo direito. Disse: *“Venceréis, pero no convenceréis!”*

Em um regime democrático, quando o cidadão aceita a autoridade do governo, ele o faz com a consciência de estar fazendo o que é justo, não para escapar a conseqüências atemorizantes. Isso só é possível porque a vida política, na democracia, se constrói com base na liberdade e na participação dos cidadãos. E é possível também porque democracia não se confunde com eleição. Pressupõe eleições livres e justas, mas é muito mais do que isso. É um sistema de superação dos conflitos por meio do diálogo, da negociação, da persuasão.

Por isso, o aperfeiçoamento da democracia passa pelo fortalecimento de um espaço público de discussão. Nele, as diferenças de ponto de vista e de interesse podem ser debatidas de forma transparente, sem imposições e com a perspectiva do bem comum – que não é um bem comum ditado por burocratas iluminados, mas que emana da participação dos diversos atores sociais, das ONGs, dos partidos políticos, dos sindicatos, das empresas.

O trabalho nas universidades, em particular, é essencial para alimentar o debate nesse espaço público, como o é o papel da imprensa livre, sem qualquer tipo de censura política. É assim que a democracia reforça seu caráter deliberativo, participativo.

Por tudo isso, a democracia é, em certo sentido, o outro nome da paz. A paz que não é o silêncio de homens amedrontados nem a ordem nascida do arbítrio dos poderosos.

A paz verdadeira é a que reflete a concordância livre de cidadãos sem medo, é a que respeita o primado da razão e do direito. Por isso, a relação entre democracia e paz é visível no plano internacional.

Um exemplo concreto: a paz entre Equador e Peru, para a qual o Brasil e outros países contribuíram e que não teria sido possível se não contasse com o respaldo, naqueles dois Estados, de suas instituições democráticas. A propósito, temos aqui uma feliz coincidência, porque o dia de hoje marca o terceiro aniversário do Acordo de Paz assinado em Brasília, com a presença do Rei Juan Carlos.

Não tenho dúvida, por outro lado, de que os princípios democráticos estarão presentes em qualquer solução justa e duradoura para o conflito entre israelenses e palestinos.

Madri já foi palco de um esforço importante para relançar o processo de paz no Oriente Médio. Infelizmente, o que temos visto nos últimos anos, e em especial nos últimos meses, são marchas e contramarchas, com mais frustrações do que soluções. O resultado é o agravamento das tensões e do sofrimento, dos dois lados.

É essencial que se dêem passos concretos para que se alcance, sem demora, a constituição efetiva de um Estado Palestino democrático, coeso e economicamente viável, baseado no direito de autodetermi-

nação do povo palestino e no respeito à existência de Israel como Estado igualmente soberano, livre e seguro.

Se a paz no Oriente Médio é imprescindível para um novo ordenamento internacional, não menos importante é a superação das tensões que atingem todo o mundo islâmico.

O Brasil não acredita no choque de civilizações, pois dentro de nossas próprias fronteiras houve, ao contrário, encontro de civilizações, encontro de culturas, raças e crenças.

Essa é a tendência em todo o mundo, e essa foi também a experiência histórica dos Estados Unidos da América.

No plano internacional, a solução de conflitos terá tanto mais êxito quanto mais democráticos forem os mecanismos de deliberação de que dispusermos.

É imprescindível fortalecer as Nações Unidas e seus órgãos de deliberação – em particular o Conselho de Segurança –, tornando-os mais representativos, mais capazes de auscultar a complexidade dos fenômenos internacionais e, portanto, mais eficazes em sua atuação para promover a paz por meio de soluções negociadas.

As reuniões do G-7/8 não substituem – pela pouca amplitude do espectro de países envolvidos e por delas estarem excluídos os países emergentes e os mais pobres – o fortalecimento de foros com maior legitimidade.

Reafirmo nossa firme disposição de cooperar com a comunidade internacional, como estamos fazendo, na luta contra o terrorismo.

Permanecemos ao lado da razão e da sensatez, e o terrorismo é o contrário disso: é o princípio da violência, do uso da força, sua matéria-prima é o medo.

Um dos grandes desafios que nos são impostos na luta contra o terrorismo é o de fazer com que nossa vitória não se faça ao custo de nossa própria derrota.

Se para vencer o terror tivermos que abrir mão das liberdades individuais, das garantias dos direitos civis, da proibição de uso da tortura, então nossa vitória será realmente um contra-senso. Em nome da defesa de nossos valores estaríamos, de fato, promovendo a

sua destruição. Não se poderia imaginar uma vitória mais completa para quem quer ver triunfar a política do terror.

Estou convencido, portanto, de que a tarefa que temos diante de nós não é a de restringir liberdades, mas, ao contrário, a de aplinar o terreno para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

A democracia não é um ponto de chegada, mas um ponto de partida, uma obra inacabada. Ela é o funcionamento das instituições republicanas, o respeito aos direitos humanos, a separação dos Poderes, a imprensa livre, a realização de eleições periódicas, mas pressupõe também a democratização do próprio tecido social.

Essa democratização se faz pela universalização do acesso aos serviços básicos e pela ampliação da dimensão participativa da vida política. Este é um ponto essencial para quem pretenda entender os desafios da democracia contemporânea.

Não há democracia sem o Estado, e um Estado eficaz e eficiente no cumprimento de suas funções. Ao mesmo tempo, contudo, não poderemos, no século XXI, prosseguir imaginando o Estado segundo modelos inspirados no século XIX.

Não há dúvida de que a separação entre o público e o privado é essencial para evitar distorções patrimonialistas. No entanto, a noção de que o público tem que ser necessariamente estatal, que a rigor nunca correspondeu inteiramente à realidade, em nossos dias tornou-se inteiramente absurda.

O Estado democrático de hoje é aberto à participação da sociedade, fundamental para a busca do interesse público.

Em suas diversas modalidades, a construção de uma parceria entre Estado e sociedade, entre Estado e ONGs, entre Estado e sindicatos, entre Estado e empresas delinea o espaço de um público não-estatal, que, por vezes, por não ser estatal é mais genuinamente público, porque resulta de procedimentos mais abertos, mais transparentes e, não raro, mais eficazes.

Manuel García-Pelayo, notável jurista espanhol, viu com clareza essas transformações do Estado contemporâneo e falou do surgimento de um “segundo círculo” de deliberação política que se acrescenta-

va ao círculo propriamente estatal. Entendeu, também, que esse processo, juntamente como o aprofundamento do Estado Social de Direito, acarretava, para a democracia, desafios novos e desconhecidos das democracias do passado.

Hoje, esses desafios desdobram-se também no plano internacional, no qual existe um déficit de democracia e de cidadania. Mais e mais a globalização afeta a vida dos indivíduos em todos os países. Mais e mais os indivíduos sentem-se impotentes para afetar os rumos da globalização.

Faltam mecanismos de governança mais legítimos e mais eficazes para lidar com os problemas de uma economia globalizada que comporta importantes distorções e assimetrias.

Essa situação não pode persistir. É imprescindível avançar no sentido de uma democratização da vida internacional e da adoção de medidas para assegurar que a globalização seja um fator de desenvolvimento, não de exclusão.

É assim no comércio, e é assim nas finanças internacionais. A globalização não pode continuar a conviver com as distorções protecionistas que retiram as vantagens dos mais pobres e acentuam as dos mais ricos. Como não pode prosseguir experimentando turbulências e crises financeiras a cada tanto. São imperativos democráticos um comércio internacional mais simétrico e um sistema financeiro mais ordenado, talvez com a adoção de algum mecanismo inspirado na Taxa Tobin, mas sem seus inconvenientes e com maior controle sobre os chamados "paraísos fiscais".

Os problemas da globalização econômica, assim como os do terrorismo em escala global, colocam-nos diante de desafios sem precedentes.

E o enfrentamento de desafios novos é da essência da democracia, pois de outra forma estaríamos condenados a repetir a tradição.

Isso é assim na luta contra o terrorismo, e é assim na luta contra a injustiça e a exclusão social, no plano interno e no externo.

E é assim porque a democracia, mesmo quando está engajada na luta – como agora contra o terrorismo –, é sinônimo de paz, é instrumento de paz.

Este é o segredo da universalidade dos valores democráticos, e é também sua força.

Este é o nosso caminho.

Muito obrigado.